

Políticas Climáticas da Esquerda nas Eleições Municipais 2024

Rodolfo Vaz Oliveira Aguiar¹
Ana Cristina de Oliveira Mélo²
Tatiane Anju Watanabe³

ÁREA ESPECIAL 1: CRISE AMBIENTAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA - TEORIA E EVIDÊNCIAS

RESUMO

O artigo busca analisar como as políticas climáticas foram articuladas nos programas de governo dos candidatos de esquerda nas eleições municipais de 2024 nas capitais brasileiras. A abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa, com foco na análise de conteúdo textual, utilizando o software IRAMUTEQ. A pesquisa examinou 29 programas de governo de candidatos que obtiveram pelo menos 1% dos votos no primeiro turno. A análise indicou uma dificuldade geral das candidaturas em dar centralidade aos temas de política climática, com predominância de um perfil desenvolvimentista na esquerda moderada. O estudo contribui para o entendimento das possibilidades e limites das esquerdas brasileiras em incorporar uma agenda climática transformadora nas políticas municipais, destacando a necessidade de articular um framework ecológico mais amplo que dialogue com a realidade das classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Política climática; esquerdas brasileiras; eleições municipais; programa de governo; IRAMUTEQ.

ABSTRACT

This article aims to analyze how climate policies were articulated in the government programs of left-wing candidates in the 2024 municipal elections in Brazilian capitals. The chosen methodological approach was qualitative, focusing on textual content analysis, using the IRAMUTEQ software. The research examined 29 government programs of candidates who obtained at least 1% of the votes in the first round. The analysis indicated a general difficulty of the candidacies in giving centrality to climate policy issues, with a predominance of a developmentalist profile in the moderate left. The study contributes to the understanding of the possibilities and limits of the Brazilian left in incorporating a transformative climate agenda into municipal policies, highlighting the need to articulate a broader ecological framework that dialogues with the reality of the working classes.

Keywords: Climate policy; Brazilian left; city elections; government program; IRAMUTEQ.

¹ Mestre em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC. email: rodvaz88@gmail.com

² Doutoranda em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC. email: anacrisomelo@gmail.com

³ Doutoranda em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC. email: tatianeawatanabe@gmail.com

1. Introdução

Cidades em todo o mundo, especialmente as com comunidades urbanas empobrecidas, enfrentam desafios de longo prazo para garantir o bem-estar de seus habitantes, partindo das vulnerabilidades preexistentes e dos mais recentes impactos diretos e indiretos das mudanças climáticas (ADB, 2014). De acordo com o relatório mundial das cidades, publicado pelo ONU-Habitat em 2022, a população urbana a nível mundial corresponde a 55%, com expectativa de chegar a 68% em 2050. Considerando a região da América Latina e caribe, essa porcentagem é de 81% em contexto urbano, enquanto no Brasil é de 85% (HABITAT, 2022). Dessa forma, se há uma concentração cada vez maior da população em contexto urbano, pensar as ações climáticas a nível local, ou seja, nas cidades, se torna fundamental. Segundo Bulkeley e Betsill (2003), considerando os três níveis, global, nacional e local, o último apresenta a mais apropriada jurisdição política para pensar de forma mais apropriada a redução de gases de efeito estufa (GEE), com sua capacidade de influenciar a vida cotidiana das pessoas, já que os governos locais geralmente têm autoridade considerável sobre planejamento do uso do solo, administração de lixo, transporte e consumo de energia.

As realidades dos municípios brasileiros têm colocado em evidência a relevância das temáticas ligadas à ação climática. No entanto, a política climática aparenta ainda ter um lugar marginal no debate público a nível local, como se apresentou nas eleições municipais de 2024. Nesse contexto, este trabalho busca explorar como as questões relacionadas à política climática foram articuladas pelos candidatos de esquerda nas capitais do país. Pretende-se investigar quais são as propostas concretas apresentadas por esses candidatos, identificando suas estratégias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas no âmbito municipal, bem como a forma como essas propostas dialogam com o debate global sobre sustentabilidade e justiça climática.

Barros (2015) identificou dois perfis para a agenda ambiental de partidos de esquerda nas eleições de 2014: (i) perfil desenvolvimentista, onde cabe ao Estado ser indutor da sustentabilidade; (ii) perfil crítico ao sistema capitalista, sendo o Estado agente de construção de uma nova ordem econômica. Similarmente, pretendemos identificar o lugar da política climática na agenda político-eleitoral das esquerdas nas eleições municipais de 2024. Considerando a escassez de estudos empíricos sobre a dinâmica política da agenda climática nas distintas visões políticas, no geral, e no espectro das esquerdas, em particular, este estudo possui caráter exploratório.

As análises são guiadas pelas seguintes questões: como as temáticas de política climática foram articuladas nos programas dos candidatos de esquerda nas capitais? Em que consistem as propostas políticas apresentadas? Ao abordar essas questões, espera-se contribuir para o entendimento das possibilidades e limites das esquerdas brasileiras em incorporar efetivamente uma agenda climática transformadora nas políticas municipais.

Tal desafio tem uma importante ênfase no papel da participação democrática através de iniciativas baseadas em nível local, através dos mecanismos e instituições participativos (CARTER, 2007). Para estudar o desafio da política climática nas esquerdas, seria relevante investigar se há iniciativas que, de forma similar à proposta de Huber (2022), integram a noção de interesses materiais da classe trabalhadora em um *framework* ecológico mais amplo, analisando como esses movimentos procuram convencer as massas populares de que a transformação produtiva em direção à sustentabilidade faz parte de seus interesses concretos.

Nesse sentido, é necessário enfatizar a natureza exploratória deste trabalho, dada a quantidade limitada de análises empíricas e artigos de pesquisa publicados sobre a dinâmica política da agenda climática dentro das esquerdas no Brasil. O trabalho é composto desta primeira seção introdutória, seguido da segunda seção de revisão da literatura onde abordamos as mudanças climáticas e as cidades em uma subseção, bem como abordamos a questão da política climática com as visões políticas das esquerdas no Brasil. Em seguida, descrevemos a metodologia usada para análise de conteúdo através do software *Iramuteq*. Na quarta seção, apresentamos os resultados da análise realizada, seguida de uma subseção de discussão. Por fim, breves considerações finais.

2. Revisão de Literatura

2.1 As mudanças climáticas e as cidades

De acordo com o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), no período de 2011-2020 houve um aumento de temperatura da superfície global de 1.1°C mais alto do que em 1850-1900. Com a exacerbação da crise climática, o relatório apresenta aos formuladores de políticas públicas ações nos eixos de adaptação e mitigação para que haja um “desenvolvimento resiliente ao clima” e para isso, é necessário “priorizar processos de equidade, justiça climática, justiça social, inclusão e transição justa”. Isso porque a mudança do clima afeta de maneira desproporcional diferentes grupos. Além do mais, se torna fundamental que a mitigação e adaptação climática seja pensada de forma integrada com os programas de proteção social (ibid., p.48).

A adaptação climática se refere ao “processo de ajuste ao clima real ou esperado e seus efeitos a fim de moderar os danos ou explorar oportunidades benéficas”, em ambos sistemas, humanos e naturais. Já a mitigação climática se trata do conjunto de ações de intervenção humana para “reduzir as emissões ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa” (ibid., p.138, p.145). A combinação de adaptação climática com ações de mitigação e de redução de riscos compõem a resiliência urbana às mudanças climáticas. Resiliência urbana é a capacidade de funcionamento das cidades, de modo que as pessoas que vivem e trabalham nelas – especialmente as mais pobres e vulneráveis – sobrevivam e prosperem, independentemente dos estresses ou choques que enfrentem (ADB, 2014).

Em relação aos sistemas urbanos, são múltiplos os impactos da crise climática, que vão desde ondas de calor que se intensificam nas cidades, até o comprometimento da infraestrutura urbana, como saneamento, energia, água e sistemas de transporte, por eventos extremos. Assim, quando pensamos em ações de adaptação à mudança do clima, é necessário combinar medidas estruturais com não estruturais, por exemplo, em caso de inundações costeiras causadas pela elevação do nível do mar, uma medida não estrutural pode ser a instalação de sistema de alerta precoce, enquanto uma estrutural seria a construção de diques (IPCC, 2023).

Quanto a ações de mitigação nos contextos urbanos, considerando que o setor de transporte é um dos maiores contribuidores para o aquecimento global, a eletrificação da frota de ônibus é uma medida fundamental em cidades que dependem de transporte público à combustão, assim como o fortalecimento da coletivização da mobilidade urbana, com cidades com menos veículos individuais e mais veículos coletivos

Considerando a importância de reduzir as emissões nos sistemas urbanos, é fundamental que os planejamentos dos formuladores de políticas públicas considerem de forma integrada a infraestrutura natural, física e social:

Profundas reduções de emissões e ações de adaptação integradas são avançadas por: planejamento do uso do solo e tomada de decisões integradas e inclusivos; forma urbana compacta pela colocação de empregos e moradias; redução ou mudança no consumo de energia e materiais urbanos; eletrificação em combinação com fontes de baixas emissões; melhoria da infraestrutura de gestão de água e resíduos; e aumento da absorção e armazenamento de carbono no ambiente urbano (por exemplo, materiais de construção de base biológica, superfícies permeáveis e infraestrutura urbana verde e azul) (IPCC, 2023, p.123).

Os governos municipais possuem influência variável sobre as emissões de gases de efeito estufa por meio de suas funções em energia, transporte, planejamento urbano e resíduos, sendo que alguns focam nas emissões sob controle direto (municipais) e outros nas emissões gerais da comunidade (BULKELEY et al., 2009).

Vale ressaltar que o nível de influência e poder dos governos locais varia de país em país, segundo suas próprias legislações. No entanto, no geral, essas autoridades apresentam uma variedade de opções de políticas que ajudam a controlar as emissões de GEE. No que concerne ao setor de energia, os governos locais têm um papel fundamental para estimular a eficiência e conservação energética a partir do planejamento territorial, que por sua vez também pode projetar cidades em que se promova outros modos de transporte, não sendo centrado no uso de veículos individuais e reduza a necessidade de locomoção (BETSILL; BULKELEY, 2003).

Outros motivos justificam o foco nas disputas municipais: (i) os atores sociais envolvidos na política municipal e os incentivos e restrições envolvidos no desenvolvimento de políticas locais não são os mesmos que afetam outros tipos de governos subnacionais, que geralmente abrangem territórios e

populações urbanas e rurais maiores; (ii) as cidades são a principal fonte de GEE e, ao mesmo tempo, são muito vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (RYAN, 2017). Ainda, considera-se que são as chamadas políticas do urbano – as ações, as negociações, as alianças e os conflitos direcionados ao tecido urbano, ou o espaço social da cidade e seus territórios (MARQUES, 2017) – que têm relevância máxima para o debate das políticas públicas das cidades, logo, são (ou deveriam ser) assunto privilegiado das eleições municipais no Brasil.

Ryan (2015) discute os principais fatores e condições que moldam as políticas climáticas locais nos países em desenvolvimento e identifica três conjuntos de condições críticas para explicar a implementação da política climática local: capacidade do governo, estruturação local e fatores políticos. Ainda que isso não apareça de maneira imediata na análise a ser realizada neste artigo, são condições que podem ajudar a explicar o grau de coerência de propostas relacionadas à política climática realizadas por candidaturas de esquerda, haja visto que a declarada intencionalidade não é suficiente para configurar uma política climática.

2.2 Visões políticas sobre a crise climática e as esquerdas no Brasil

Cerca de 95,4% da população brasileira reconhece a existência da crise climática, e 78,2% atribuem sua ocorrência às ações humanas (CGEE, 2024). Esses dados reforçam a relevância das mudanças climáticas como tema central para os partidos políticos. Nesse contexto, as coalizões partidárias desempenham um papel fundamental para compreender como a agenda climática se desenvolve e evolui dentro de determinado sistema político (RYAN, 2017).

Historicamente, as estratégias climáticas no contexto latino-americano estiveram cercadas por controvérsias, sendo a principal o argumento de que o enfrentamento das mudanças climáticas é uma responsabilidade prioritária dos países desenvolvidos e não pode representar obstáculos ao desenvolvimento econômico das nações em desenvolvimento. Esse argumento reflete parcialmente o conhecido princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, um dos pilares fundamentais do regime internacional sobre mudanças climáticas (RYAN, 2017).

Um fator importante a ser considerado é como a orientação ideológica molda a posição dos partidos políticos e das coalizões em relação às mudanças climáticas. Estudos em países desenvolvidos mostram que os partidos de esquerda tendem a adotar posições mais favoráveis em relação às questões climáticas e ambientais em comparação com os partidos conservadores (ANDERSON; STEPHENSON, 2011; DALTON, 2009; ROHRSCHEIDER; MILES, 2015). O estudo sobre manifestos eleitorais no Brasil destaca que os principais partidos políticos à época (PT, PSDB, PMDB) compartilhavam elementos temáticos semelhantes em sua abordagem das questões ambientais (BARROS, 2015).

Essas impressões registradas sobre o caso brasileiro de Barros (ibid.) de alguma forma vão de encontro à crítica feita às esquerdas no Brasil e na América Latina a partir do campo do “pós-extrativismo”. Acosta e Brand (2018) entendem que as práticas de desenvolvimento da esquerda progressista na América Latina nas últimas décadas refletem uma criação imperial baseada na visão dos recursos naturais como *commodities*, onde se reconhece certo papel às economias latinoamericanas no comércio internacional a partir do chamado “Consenso das *commodities*” como uma nova ordem de “reprimarização” dessas economias a partir do *boom* de demanda de bens primários como soja e minérios (SVAMPA, 2015). A abordagem de questões climáticas e ambientais não chegariam, possivelmente, a apresentar uma contundente visão contrária a essa configuração no cenário internacional.

Carter (2013) identifica três estratégias principais desenvolvidas pelos partidos políticos e suas coalizões para reagir ao surgimento de qualquer nova questão de interesse social: rejeitar abertamente a questão (estratégia antagônica); ignorá-la (estratégia indiferente); ou integrá-la em seus discursos e programas políticos (estratégia acomodativa).

Fernandes (2019) propõe uma tipologia das esquerdas no Brasil baseada no trabalho de Weber e Carr (2013): esquerda radical e esquerda permitida (ou autorizada). Segundo ela (2019, p. 91), essa divisão se dá não por diferenças entre projetos políticos mas "trata-se (...) de quão diferentes são suas visões de poder dentro do capitalismo e além e quais princípios regem suas táticas. É uma questão de práxis". Ou seja, relaciona-se com as divergências que cada uma tem sobre teoria e prática.

A noção de esquerda permitida corresponde na América Latina, de acordo com Fernandes (ibid.), à categoria de esquerda moderada e caracteriza-se por negociar e, de certa forma, subordinar-se aos interesses das elites nacionais e internacionais, mantendo os trabalhadores como sujeitos centrais, embora defenda uma estratégia de conciliação de classes. Por outro lado, o termo centro-esquerda não equivaleria necessariamente à esquerda moderada, pois inclui organizações progressistas que não adotam uma perspectiva baseada no antagonismo da luta de classes. Essa classificação ajuda a identificar as motivações por trás das relações de organizações de esquerda com setores da burguesia e a direita por conta da práxis conciliatória.

A outra classificação apresentada, de esquerda radical, por sua vez, está orientada pelo antagonismo criado pela luta de classes e se coloca contra o capitalismo, contestando a ordem burguesa vigente.

As diferenças entre as duas esquerdas se dá:

Enquanto a esquerda moderada se conduz de acordo com as normas do status quo, temperando o avanço do neoliberalismo e o entrenchamento de estruturas de opressão ao lado do capitalismo, com a promoção de políticas sociais inclusivas (...), a esquerda radical é anticapitalista em seu núcleo e se conduz de acordo com as necessidades e a luta dos povos

explorados e oprimidos, embora também seja suscetível a contradições (FERNANDES, 2019, p. 176).

A esquerda radical, orientada para o socialismo, o comunismo, e também contando com correntes como o autonomismo e o anarquismo, é mais fragmentada que a moderada, carecendo de consenso sobre um programa socialista e formas de mobilização e organização da classe trabalhadora. A aplicação dessa tipologia ao Brasil se encontra na **Tabela 1**.

Tabela 1: *Classificação dos Partidos Políticos de Esquerda no Brasil.* Fonte: elaboração a partir de Fernandes (2019)

Esquerda moderada	Esquerda radical
Partido dos Trabalhadores (PT)	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Partido dos Trabalhadores Socialista Unificado (PSTU)
	Partido Comunista Brasileiro (PCB)
	Unidade Popular (UP)

Segundo classificação de Fernandes (2019), na esquerda moderada brasileira, o PT é o seu principal representante. Já levando em conta a esquerda radical, seus representantes-chave, considerados com maior influência nacional são: PSOL, PSTU, PCB e UP. Fernandes (2019) em sua tipologia, apesar de reconhecer a existência da UP, deixa-o fora de sua análise, explicando que teve maior interação com os três primeiros. No entanto, na nossa análise decidimos incluir a UP por conta da sua participação extensiva na última eleição.

O PT enquadra-se na classificação de esquerda moderada por conta do seu reconhecimento à classe trabalhadora, e das suas raízes de se colocar contra o *establishment*, que vem desde 1980 por sindicalistas e outras organizações de criar uma ferramenta política nacional e de massas, que na ideia de unificar a esquerda brasileira, congregou a maioria dos grupos de esquerda existentes (menos PCB, PCdoB e Movimento Revolucionário Oito de Outubro 'MR-8) (FERNANDES, 2019, p. 32-34). O PCdoB também se enquadra nessa classificação, segundo a autora (ibid., 162-163), pelo seu "aceite de práticas social-democratas, e até uma política de apreço à burguesia nacional", que remonta desde sua fundação no início de 1960, após a cisão do PCB, e se mantém até os dias de hoje. O PCdoB manteve-se como membro das coalizões eleitorais com o PT, que elegeram Lula e Dilma.

Quanto aos partidos da esquerda radical, o PSOL é o partido com maior base eleitoral, disponibilizando mais recursos e debates internos para isso, porém o PCB, UP e PSTU também disputam as eleições. Esses partidos foram enquadrados como de esquerda radical pela sua defesa do socialismo como horizonte político, apesar de haver diferenças de modo organizativo e de estratégia, por exemplo quanto à construção de bases e setores da população que visam atingir. (FERNANDES, 2019, p. 184-187).

3. Metodologia

Com o objetivo de investigar como os programas políticos dos candidatos da esquerda brasileira apresentaram as propostas de política climática nas eleições majoritárias nas capitais em 2024, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa, com foco na análise de conteúdo textual. A pesquisa investiga como a política climática foi articulada nos programas políticos de candidatos de esquerda que obtiveram ao menos 1% dos votos no primeiro turno das eleições municipais de 2024 nas capitais das cinco regiões do Brasil, com exceção de Brasília onde não há pleito eleitoral a nível municipal. A escolha da análise qualitativa se justifica pela necessidade de compreender padrões e significados presentes nos textos dos programas políticos.

Para a análise dos dados, utilizou-se o software IRAMUTEQ, uma ferramenta amplamente reconhecida para análises qualitativas e estatísticas textuais. O IRAMUTEQ permite categorizar, codificar e examinar padrões linguísticos – facilitando a identificação de temas recorrentes e discursos predominantes, calcular a frequência de palavras, até análises mais complexas, como classificação hierárquica descendente e análises de similitude. Organiza o vocabulário de forma visual e intuitiva, com recursos como nuvens de palavras e gráficos. O software também identifica e processa unidades textuais, calcula frequência média, detecta palavras raras (hapax), realiza lematização (redução às raízes das palavras) e cria dicionários. Além disso, permite análises comparativas ao associar textos a variáveis dos autores (CAMARGO; JUSTO, 2013). Utiliza-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que organiza os segmentos de texto com base nos vocabulários, geralmente contendo cerca de três linhas, embora essa variação dependa da transcrição e do tamanho do corpus analisado. Os segmentos são divididos conforme a frequência das formas reduzidas, permitindo recuperar os textos originais e associar cada segmento. Essa abordagem facilita o agrupamento de palavras estatisticamente significativas e possibilita uma análise qualitativa dos dados (SOUZA et al., 2018). Outros exemplos de aplicações do referido software são análise de planos institucionais (DA SILVA; RIBEIRO, 2022), de entrevistas semiestruturadas (BENEVIDES; BORIS, 2021) e de narrativas biográficas (DA SILVA TINTI; BARBOSA; LOPES, 2021).

Para o interesse deste trabalho, utilizamos a CHD para agrupar as palavras em classes para os cinco *corpus* textuais de cada Região para obter um dendograma – que é uma representação gráfica que nos permite observar a proximidade entre classes ou palavras. Esta análise demonstra o grau de dependência entre as classes, quanto mais próximas elas estiverem uma das outras, mais dependentes elas são. Quando as palavras ou classes estão mais afastadas entende-se que há um certo grau de independência destas em relação às outras (DOS SANTOS MARTINS et al., 2020). Também foi realizada do software uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC), a partir da CHD, para obter a representação num plano cartesiano de diversas palavras e variáveis que se associam às classes obtidas anteriormente (CAMARGO; JUSTO, 2013). O tamanho das palavras que aparecem na análise

fatorial (à esq.) equivale ao valor do qui-quadrado. O qui-quadrado equivale ao nível de associação da palavra dentro de cada classe, isto é, quanto maior for o seu qui-quadrado, mais bem distribuída ela está dentro de sua classe. Quanto menor for o valor do qui-quadrado (e conseqüentemente menor será a palavra) menor é a relação entre a palavra e a classe na qual ela está incluída.

Os dados analisados consistem em 29 programas de governo provenientes de partidos de esquerda ou em coalizações com tais partidos das 26 capitais brasileiras, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A seleção dos programas baseou-se na representatividade mínima de 1% dos votos no primeiro turno, garantindo que os candidatos incluídos tivessem relevância eleitoral suficiente para refletir propostas significativas (**Tabela 2**). Os programas foram escolhidos por serem a plataforma oficial que expressa a essência do plano de governo proposto por cada candidatura. Estes programas políticos são os que foram submetidos ao sistema eleitoral e foram coletados diretamente da plataforma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Algumas candidaturas selecionadas fogem estritamente da classificação da **Tabela 1** sobre esquerda moderada / radical, e isso se justifica pois se tratam de candidaturas majoritárias de composição contextual de centro-esquerda coligadas com a federação partidária integrada por PT e Pcdob – tais são os casos de Boa Vista, Porto Velho, São Luis, Rio de Janeiro e Curitiba. Na seleção dos programas de governo do sudeste, observamos que a candidatura de Tarsísio Motta (PSOL/RJ) apresentou um documento de 140 páginas, que representou mais da metade de todos os outros programas do sudeste. Por esse motivo, de maneira excepcional selecionamos do seu programa somente as sessões que tratavam diretamente do meio ambiente e/ou mobilidade.

Para a composição do *corpus* textual submetido ao software IRAMUTEQ, selecionamos criteriosamente palavras-chave relacionadas ao conceito de política climática. A definição dessas palavras foi baseada, em primeiro lugar, nos termos centrais que compõem o ponto de ação climática destacados no relatório do IPCC (2023). Esses termos refletem os principais eixos de enfrentamento às mudanças climáticas, como mitigação, adaptação e resiliência, garantindo que a análise textual capturasse os elementos essenciais do discurso climático presente nos programas políticos analisados. Além disso, foram incluídas palavras-chave diretamente relacionadas ao escopo da política urbana, dado que a atuação privilegiada dos municípios no enfrentamento das mudanças climáticas ocorre por meio dessa área, em função das competências atribuídas ao Poder Executivo municipal. Essa abordagem permitiu conectar as propostas climáticas às ações concretas no contexto urbano, como mobilidade sustentável, planejamento territorial e gestão de resíduos. A lista completa com os termos utilizados está apresentada na **Tabela 3**, servindo como referência para a construção do corpus textual e garantindo transparência no processo analítico. Ao elaborarmos a lista com as palavras-chave foi possível realizar uma análise relacional dos programas políticos com conceitos essenciais das

políticas climáticas, de forma a observar o lugar que a temática ocupa. Algumas das palavras aparecem conjuntamente pelo sentido léxico conjunto, como “Meio Ambiente / Ambiental”.

Tabela 2: Candidaturas selecionadas para seleção de programas para compor o *corpus* textual de análise

Região	UF	Município	Candidatura 1	Resultado	Candidatura 2	Resultado	Segundo turno
Centro-oeste	MS	Campo Grande	Camila Jara (PT/PCdoB/PV)	9,43%			
	MT	Cuiabá	Lúdio (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE/PSD)	28,31%			Lúdio = 46,20%
	GO	Goiânia	Adriana Accorsi (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE; PSB; PMB)	24,44%			
	DF	Brasília	Não há eleição				
Norte	AM	Manaus	Marcelo Ramos (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE; SOLIDARIEDADE/PDT)	9,43%			
	PA	Belém	Edmilson Rodrigues (PSOL/REDE; PT/PCDOB/PV)	9,78%			
	AC	Rio Branco	*				
	RO	Porto velho	Célio Lopes (PDT; PT/PCdoB/PV; PSB)	11,74%	Samuel Costa (REDE/PSOL)	1,34%	
	AP	Macapá	Paulo 50 (PSOL/REDE; PT/PCdoB/PV)	9,78%			
	TO	Palmas	#				
	RR	Boa Vista	Mauro Nakashima (PV/PT/PCdoB)	1,17%			
Nordeste	MA	São Luís	Duarte Jr. (PSB; PT/PC do B/PV; PSDB/CIDADANIA; AVANTE/PRD /PODE / PP/ UNIÃO/PL /PSB)	22,56%			
	CE	Fortaleza	Evandro Leitão (PT /PCdoB/PV; PP; PSB; PSD; REPUBLICANOS; MDB)	34,33%			Evandro Leitão = 50,38%
	PI	Teresina	Fábio Novo (PT/PCdoB/PV; PDT; MDB; PODE; DC; AGIR; PSB; PSD; SOLIDARIEDADE; PSDB/CIDADANIA)	43,26%			
	RN	Natal	Natália Bonavides (PT/PC do B/PV; PDT; MDB; PSB)	28,45%			Natália Bonavides = 44,66%
	PE	Recife	João Campos (PSB; PT/PCdoB/PV; UNIÃO; REPUBLICANOS; MDB; SOLIDARIEDADE; AVANTE; DC; AGIR; PMB)	78,11%	Dani Portela (PSOL/REDE; PCB)	3,78%	
	BA	Salvador	Kleber Rosa (PSOL/REDE)	10,43%			
	AL	Maceió	Lenilda Luna (UP)	2,05%			
	SE	Aracaju	Candisse Carvalho (PT/PCdoB/PV)	9,24%	Niully Campos (PSOL/REDE)	4,75%	
	PB	João Pessoa	Luciano Cartaxo (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE)	11,77%			
Sudeste	MG	Belo Horizonte	Rogério Correia (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE)	4,37%			
	ES	Vitória	João Coser (PT/PCdoB/PV; PDT)	15,62%	Camila Valadão (PSOL/REDE)	5,74%	
	RJ	Rio de Janeiro	Eduardo Paes (PSD; PODE; PRD; DC; AGIR; SOLIDARIEDADE; AVANTE; PSB; PDT; PT/PCdoB/PV)	60,47%	Tarsísio Mota (PSOL/REDE; PCB)	4,20%	
	SP	São Paulo	Guilherme Boulos (PSOL/REDE; PT/PCdoB/PV; PDT; PCB)	29,07%			Guilherme Boulos = 40,65%
Sul	PR	Curitiba	Luciano Ducci (PSB; PT/PC do B/PV; PDT)	19,44%			
	SC	Florianópolis	Marquito (PSOL/REDE; UP)	22,23%	Lela (PT/PCdoB/PV; PSB)	5,78%	
	RS	Porto Alegre	Maria do Rosário (PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE; PSB)	26,28%			Maria do Rosário = 38,34%

* Não houve candidatura de esquerda; # Não houve candidatura de esquerda com mais de 1%; candidatura que venceu o pleito.

Tabela 3: Lista de palavras-chave relacionadas à política climática e política urbana

Adaptação	Mitigação	Política Urbana
Resiliência / Resiliente	Energia	Planejamento Urbano
Meio ambiente / Ambiental	Água	Território / Territorial
Governança	Bioeletricidade	Infraestrutura
Sustentável (is)	Ecosistema	Sustentabilidade
Agrofloresta	Carbono	Habitação
Aquicultura	Alimentos / alimentar (es)	Moradia
Pesca	Manejo	Desigualdade (s) Social (is)
Verde	Agricultura Familiar	Zoneamento
Riscos	Uso Sustentável	Democracia Participativa
Alerta	Reciclagem	Estatuto das Cidades
Risco de Desastre	Resíduos Sólidos	Plano Diretor
Realocação	Florestal	Gestão Urbana
Reassentamento	Energética	Metropolitano
Economia Circular	Material	Cooperação
Mineração	Carbono	Saneamento
Transição	Desmatamento	Transporte Público/ Coletivo
Urbanização	Emissões	Lazer
Áreas Protegidas	Áreas de Preservação	Parcelamento/Uso/Ocupação do Solo

4. Resultados

A análise dos programas políticos dos candidatos de esquerda nas capitais do Nordeste, realizada através do método Reinert no software IRAMUTEQ, revelou padrões relevantes na distribuição das palavras. A AFC da região Norte (**Figura 1**) gerou sete classes, com a Classe 7, relacionada à agricultura, notavelmente dissociada das demais. Isso sugere uma divisão clara entre campo e cidade no discurso político, algo surpreendente considerando a interconexão desses espaços no ecossistema amazônico. Os dois quadrantes que estão localizados do lado esquerdo do eixo vertical é composto por palavras que se relacionam com serviços urbanos essenciais como inclusão social e moradia e palavras que se relacionam com a gestão pública.

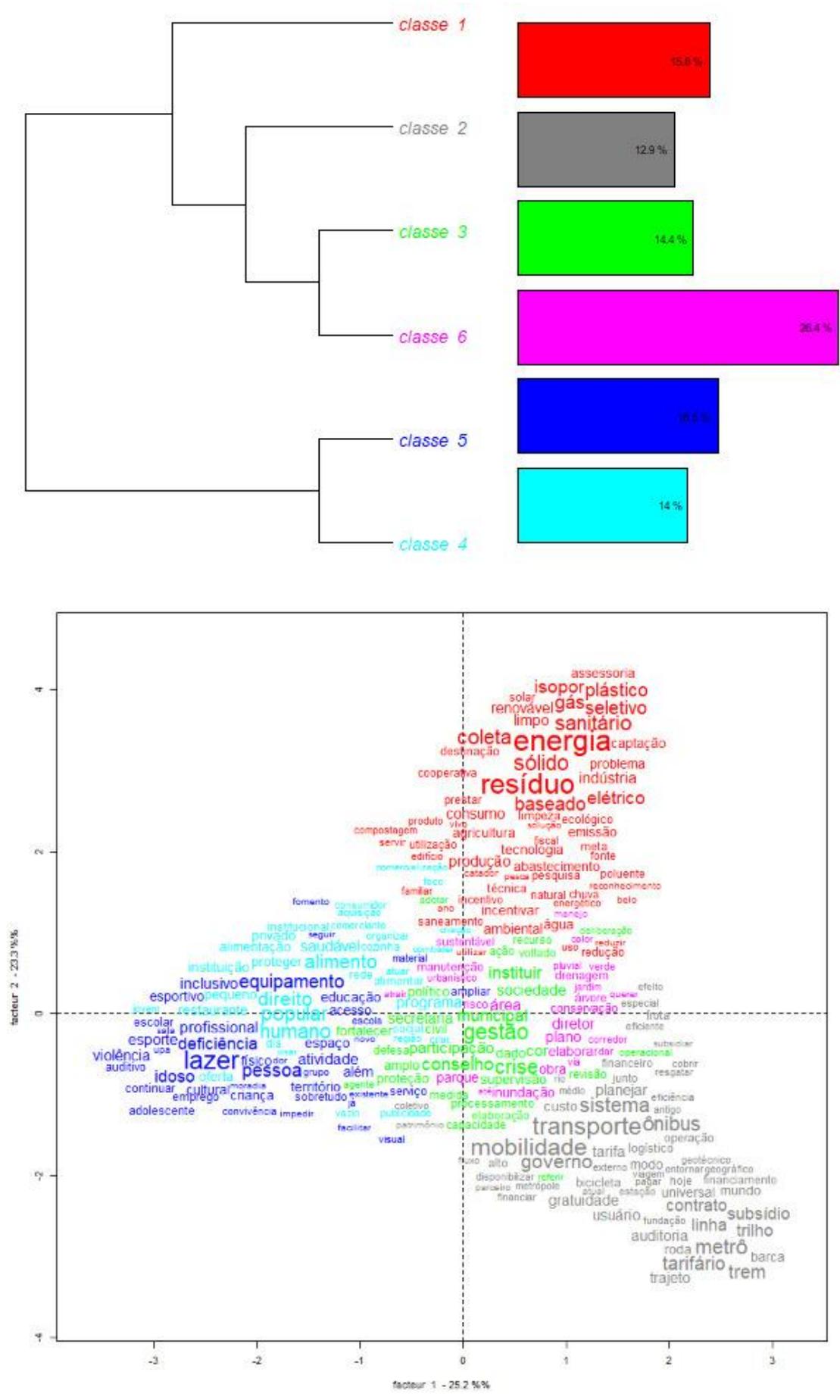
O dendrograma gerado para a região Nordeste (**Figura 2**), ao analisarmos a parte superior da esquerda para a direita, mostra que as Classes 2, 3 e 5 estão mais próximas entre si, com palavras como 'transporte', 'segurança', 'lazer', 'esporte', 'desenvolvimento' e 'justiça' bem distribuídas. Estas classes se distanciam das Classes 1 e 4, que contêm termos mais diretamente relacionados às políticas climáticas, como 'climático', 'ano', 'energia' e 'proteção'

Na região Centro-Oeste (**Figura 3**), a AFC destaca que a Classe 1 se distancia um pouco das demais classes e no dendrograma é possível perceber que se apresenta como uma ramificação independente. As cinco palavras mais bem distribuídas nesta classe são 'água', 'rede', 'drenagem', 'resíduo' e 'chuva' e elas se diferenciam das demais classes. Em relação às demais classes, é possível perceber que elas estão mais integradas e as palavras 'saúde', 'transporte', 'mobilidade' e 'sustentável' aparecem juntas, o que pode indicar uma preocupação em melhoria da qualidade de vida através de mais mobilidade urbana e meios de transporte mais sustentáveis

No Sudeste (**Figura 4**), a AFC produziu seis classes, com uma associação próxima entre as classes 3 e 6, ligadas à 'gestão' e política urbana, respectivamente. Termos relacionados à política climática e recursos naturais mostram forte conexão entre si e alguma associação com as classes 2, 3 e 6. Os termos ligados fortemente à política climática como 'energia', 'resíduo', e outros relacionados à recursos naturais aparecem fortemente ligados entre si e com alguma associação com as classes 2, 3 e 6. Assim, é possível perceber que o eixo central vertical separa questões ambientais e energéticas (lado direito) de questões sociais e de inclusão (lado esquerdo).

A análise da região Sul (**Figura 5**) evidencia uma tentativa de integrar os programas políticos com as recentes tragédias climáticas, especialmente as enchentes no Rio Grande do Sul. A Classe 1 destaca termos como 'enchente', 'tragédia' e 'ameaça', associados a Porto Alegre. Isso demonstra que há uma forte preocupação com riscos ambientais relacionados ao excesso de chuva e falta de infraestrutura. Embora a Classe 5 apresente termos de política climática com certo grau de dissociação, ainda se observa um nível de integração no discurso geral.

Figura 4: dendrograma e AFC para os programas de esquerda das capitais da região Sudeste



5. Discussão preliminar

Os resultados da análise textual mostram, em linhas gerais, que há certa dificuldade de dar centralidade e hierarquia aos temas de política climática nos programas de esquerda apresentados nas eleições municipais. As diferenças entre as análises regionais refletem às diferentes realidades vivenciadas por todo o Brasil, seja pela influência dos diferentes ecossistemas, seja pelos diferentes acontecimentos que marcaram as capitais brasileiras no período pré-eleitoral. Percebe-se uma dificuldade em articular, tal como discutido por Huber (2022), um *framework* ecológico mais amplo que dialogue com a realidade das classes trabalhadoras.

O discurso trabalhado na região Sul, em particular, teve o mérito de associar um senso de urgência fundamental à resposta da crise climática, dado o tamanho dos eventos climáticos extremos experienciados no ano de 2024.

Considerando que, à exceção de uma das candidaturas, a amostra trabalhada por este trabalho se enquadra na classificação de esquerda moderada, há uma evidência da predominância de um perfil desenvolvimentista, tal como definido por Barros (2015), ao invés de visualizarmos o aparecimento de um perfil anticapitalista ou crítico ao sistema, de forma a associar a uma nova ordem econômica. Não há, na análise textual realizada, associação a termos como “socialismo” nos programas apresentados.

Por outro lado, não há qualquer evidência de uma postura que ignore a questão climática-ambiental. Pode ser que esteja havendo uma predominância de tipos de estratégia acomodativa, tal como definido por Carter (2013). Pesquisas futuras poderão investigar as maneiras como tal acomodação às estratégias políticas vem sendo realizada. Futuros estudos poderão investigar mais profundamente as maneiras como essa acomodação às estratégias políticas vem sendo realizada e como as esquerdas brasileiras podem desenvolver abordagens mais robustas e integradas para enfrentar os desafios climáticos nas cidades.

6. Conclusão

Este estudo explorou como as políticas climáticas foram articuladas nos programas dos candidatos de esquerda nas eleições municipais de 2024 nas capitais brasileiras. A análise textual realizada através do software IRAMUTEQ revelou variações regionais significativas na abordagem das questões climáticas, refletindo tanto as preocupações locais quanto a crescente importância dos temas ambientais no discurso político brasileiro. Os resultados indicam uma dificuldade geral em dar centralidade e hierarquia aos temas de política climática nos programas apresentados majoritariamente pela chamada esquerda moderada.

Este trabalho contribui, de forma exploratória, para o entendimento das possibilidades e limites das esquerdas brasileiras em incorporar efetivamente uma agenda climática transformadora nas políticas municipais. Embora não haja evidências de uma postura que ignore a questão climática-ambiental, os resultados sugerem uma predominância de estratégias acomodativas, conforme definido por Carter (2013). A pesquisa destaca a necessidade de articular um framework ecológico mais amplo que dialogue com a realidade das classes trabalhadoras.

7. Referências Bibliográficas

- ACOSTA, A.; BRAND, U.** Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- ADB.** Urban Climate change Resilience: A Synopsis. Mandaluyong: ADB: Asian Development Bank, 2014.
- ANDERSON, C. D.; STEPHENSON, L. B.** Environmentalism and Party Support in Canada: Recent Trends outside Quebec. Canadian Journal of Political Science, v. 44, n. 2, p. 341–366, 29 jun. 2011.
- BENEVIDES, R. F. C.; BORIS, G. D. J. B.** A Experiência Vivida de Mulheres na Conjugalidade Contemporânea: Uma Análise com Iramuteq. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. spe3, p. 1–12, 2021.
- BETSILL, M.; BULKELEY, H.** Cities and Climate Change. London: Routledge, 2003.
- BULKELEY, H. et al.** Cities and Climate Change: The role of institutions, governance and urban planning. World Bank Urban Symposium on Climate Change, v. 28, n. June 2009, p. 30, 2009.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M.** IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.
- CARTER, N.** The Politics of the Environment: Ideas, Activism, Policy. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CARTER, N.** Greening the mainstream: party politics and the environment. Environmental Politics, v. 22, n. 1, p. 73–94, fev. 2013.
- CGEE.** Percepção Pública da C&T no Brasil - 2023. Brasília: CGEE.
- DA SILVA, S.; RIBEIRO, E. A. W.** Democratic management in the Institutional Development Plan of the Federal Institutes: an analysis based on the use of the IRaMuTeQ software. Texto Livre, v. 15, p. 1–12, 2022.
- DA SILVA TINTI, D.; BARBOSA, G. C.; LOPES, C. E.** The IRAMUTEQ software and the analysis of autobiographical narratives in the field of Mathematics Education. Bolema - Mathematics Education Bulletin, v. 35, n. 69, p. 479–496, 2021.
- DALTON, R. J.** Economics, environmentalism and party alignments: A note on partisan change in advanced industrial democracies. European Journal of Political Research, v. 48, n. 2, p. 161–175, 19 mar. 2009.
- DE BARROS, A. T.** Política partidária e meio ambiente: A adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. Opinião Pública, v. 21, n. 3, p. 693–733, 2015.
- DOS SANTOS MARTINS, I. C. et al.** Handcrafted and Software-Assisted Procedures for Discursive Textual Analysis: Analytical Convergences or Divergences? In: Costa, A., Reis, L., Moreira, A. (eds) Computer Supported Qualitative Research. WCQR 2019. Advances in Intelligent Systems and Computing, vol 1068. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-31787-4_16
- FERNANDES, S.** Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- HABITAT, O.** Relatório Anual: Brasil 2022. [s.l.] United Nations, 2022.

HUBER, M. T. Climate Change as Class War: Building Socialism on a Warming Planet. **London: Verso, 2022.**

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report, Summary for Policymakers. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. **IPC (P. Arias et al., Eds.). Geneva: IPCC. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>.**

MARQUES, E. C. L. EM BUSCA DE UM OBJETO ESQUECIDO: A política e as políticas do urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 01, 2017.

ROHRSCHEIDER, R.; MILES, M. R. Representation through parties? Environmental attitudes and party stances in Europe in 2013. *Environmental Politics*, v. 24, n. 4, p. 617–640, 4 jul. 2015.

RYAN, D. From commitment to action: a literature review on climate policy implementation at city level. *Climatic Change*, v. 131, n. 4, p. 519–529, 2015.

RYAN, D. Politics and climate change: Exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America. *Ambiente e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 271–286, 2017.

SOUZA, M. A. R. DE et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, n. 0, p. 1–7, 2018.

SVAMPA, M. Commodities consensus: Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, v. 114, n. 1, p. 65–82, 2015.

WEBER, J. R.; CARR, B. (EDS.). The New Latin American Left: Cracks in the Empire. **Lanham: Rowman & Littlefield, 2013.**